

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento

The neoliberal discourse's appropriations of the struggles for recognition

ERCIO SENA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: erciosena@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6683-2182.

JULIANA MAGALHÃES E RIBEIRO GUSMAN

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: jugusman@terra.com.br. ORCID: 0000-0002-8539-4437.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SENA, Ercio; GUSMAN, Juliana Magalhães e Ribeiro. Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 151-166, abr./jul. 2020.

Enviado em: 5/4/2019. Revisor A: 1/7/2019; Revisor B: 25/8/2019; Aceito em: 1/10/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28438>

Resumo

O artigo pretende refletir sobre os limites das lutas simbólicas por reconhecimento, frequentemente desvinculadas de um projeto de transformação social ampla. O campo progressista tem sido criticado, atualmente, por tomar a questão identitária como um dos principais motores das lutas sociais. Ao se amparar na afirmação de identidades individuais, atores alinhados politicamente à esquerda tornam-se reféns da ideologia neoliberal do nosso tempo, que facilmente se apropria, em um sentido reverso, das reivindicações de seus adversários. Afinal, a forma ideológica neoliberal tornou-se capaz de orientar, até mesmo, a gramática das revoltas decorrentes de suas políticas. Para problematizar essa assimilação, propomos a análise de imagens divulgadas pelo grupo conservador Movimento Brasil Livre nas redes sociais, que julgamos representativas dessa tática do pensamento neoliberal.

Palavras-chave

Reconhecimento; Identidade; Representação.

Abstract

The article intends to reflect on the limits of the symbolic struggles for recognition, often disassociated with a wide social transformation project. The progressive field has been criticized today for taking the issue of identity as its main goal. By relying on the affirmation of individual identities, politically aligned actors on a left-wing perspective become hostages of the neoliberal ideology of our time, which easily appropriates their claims. After all, the neoliberal ideology has been able to define even the grammar of their revolt. In order to problematize this gesture, we propose the analysis of images published by the conservative group Movimento Brasil Livre in social networks, which we consider to be representative of neoliberal thought's tactic.

Keywords

Recognition; Identity; Representation.

Introdução: embates da representatividade

Em outubro de 2018, o até então pequeno Partido Social Liberal conquistou a presidência da República, alçando ao cargo um candidato de discursos notadamente LGBTfóbicos, racistas e sexistas. O partido de Jair Messias Bolsonaro elegeu, também, a autointitulada “mulher de um milhão de votos”, Joicy Hasselmann, outrora jornalista processada por plágios – ao menos 65¹ deles em um mês –, a deputada federal com a votação mais expressiva da história do país. No plano estadual, o recorde foi quebrado por Janaína Paschoal, candidata de São Paulo, que ficou conhecida por sua performance no processo de impeachment de Dilma Rousseff, do qual foi uma das autoras. Hélio Barbosa Lopes, o Hélio “Negão”, que às vezes toma emprestado o sobrenome do presidente, foi o candidato mais votado pelo Rio de Janeiro. O êxito do PSL de Bolsonaro nas urnas foi celebrado, nas redes sociais, pelo Movimento Brasil Livre, MBL, uma das principais organizações políticas da direita conservadora do país, que conseguiu eleger representantes próprios. Kim Kataguiri, cofundador do movimento, foi o quarto deputado federal com mais votos em São Paulo, eleito pelo Democratas (DEM). O MBL se vangloriou desses resultados, principalmente, por representarem uma vitória simbólica sobre a esquerda, que – conforme autores como Vladimir Safatle (2015a, 2017) e Nancy Fraser (2006) – tem ancorado sua luta, em grande medida, na representatividade cultural de minorias sociais.



Figura 1 – Narrativa da diversidade

Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bor1VrDHjr8/>. Acesso em: 8 jan. 2019

Durante o processo eleitoral, pessoas e grupos identificados com o pensamento progressista buscaram destacar, em diversas instâncias e momentos, discursos de opressões estruturais em falas e atitudes do presidenciável Jair Bolsonaro, pouco aceitáveis em um contexto no qual pautas vinculadas às lutas antirracistas, antissexistas e antimachistas vinham ganhando força e adesão. Os usualmente designados “movimentos identitários” – de negros, mulheres, LGBTQIA+, entre outros – procuraram denunciar o caráter antidemocrático da candidatura do ex-capitão do exército – a manifestação Ele Não, liderada por mulheres no dia 29 de setembro de 2018 em todo país, talvez tenha sido o ápice desse embate. Porém, a partir da expressiva vitória de candidatos do PSL, especialmente de candidatas mulheres, movimentos à direita do espectro político tomaram para si o discurso da diversidade, afirmando sua capacidade de garantir a representatividade de grupos minoritários.

O artigo pretende pensar sobre a apropriação dessas bandeiras pelas representações neoliberais. Com notável atuação nas redes sociais, mas não apenas nelas, instâncias representativas desse pensamento, como o MBL, orientam seus discursos para assimilar determinadas pautas tradicionalmente defendidas

pela esquerda, como a questão identitária e a defesa de minorias sociais, deglutindo-as em seus próprios termos. Buscam, assim, anular o potencial aglutinador desse motor de lutas entre seus adversários. Supomos, entretanto, que o movimento incorporador dessas demandas seja possível não somente pela sagacidade dos neoliberais, mas pelas limitações das estratégias e dos pressupostos adotados no campo progressista, apoiados, frequentemente, na restrita defesa e valorização de identidades individuais.

Como será destacado no percurso desse trabalho, a crítica sobre os limites das lutas identitárias está presente em diferentes abordagens, nas quais esse texto se apoia. Com isso, o esforço aqui desenvolvido tenciona ser mais uma inserção engajada em perscrutar representações significativas de recentes embates discursivos entre forças neoliberais e de esquerda na política brasileira.

Lutas por reconhecimento

As lutas identitárias têm ganhado fôlego no Brasil nos últimos anos. Diversos autores localizam em 2013 um divisor de águas na expressão de movimentos sociais até então carentes de visibilidade ampla. Para Francisco Bosco (2017), as Jornadas de Junho² conseguiram mobilizar uma nova cultura política na sociedade, encontrando nas redes sociais uma potente plataforma de explicitação de conflitos latentes. O ciberespaço, a seu ver, foi fundamental para revitalizar e rearticular grupos minoritários, estimulando a criação e a proliferação de nichos virtuais – de informações, de imaginários e de cultura – bastante propícios para o fortalecimento de movimentos dessa natureza, inclusive em outros territórios que não o virtual.

Obviamente, não se tratam de fenômenos recentes. “Se hoje fomos pegos aparentemente de surpresa, por uma torrente de discursos, experiências, ativismos interseccionais, raciais, LGBTQIs, binários, cis e outros (...) foi certamente porque a escuta dos movimentos sociais e culturais foi fraca. Fraquíssima” (HOLLANDA, 2018, p. 241). Como nos lembra Heloísa Buarque de Hollanda (2018), antes mesmo do advento das redes sociais diversos movimentos que defendiam identidades subalternas abalaram perspectivas hegemônicas no passado. Certamente, experiências contemporâneas encontraram novas formas de expressão, mas muitos dos propósitos, dilemas e entraves que as acompanham foram herdados de lutas anteriores e permanecem vigentes.

Desde as décadas de 1960 e 1970, principalmente nos países do hemisfério Norte, mas também no Brasil, observa-se o fortalecimento das lutas feministas e antirracistas, comprometidas, também, com reivindicações por direitos civis. Foram os anos dos movimentos estudantis, do *flower power*, do *rock 'n' roll*, da pílula anticoncepcional, da resistência às ditaduras latino-americanas. Nesse contexto efervescente, entretanto, o imaginário socialista perdia sua centralidade como motor de lutas por emancipação social. Segundo Vladimir Safatle (2015a), as novas demandas reivindicavam a necessidade de se “reconhecer a diferença”, ou seja, de se demarcar e enaltecer particularidades inerentes a determinados grupos, especialmente os espoliados. Essa postura fez com que a luta por reconhecimento conquistasse centralidade no novo cenário. Tal perspectiva, de acordo com Safatle, tem prevalecido nos embates identitários até os dias de hoje.

O reconhecimento, conceito originário da filosofia hegeliana, é uma noção que prioriza demarcar e estimar diferenças de determinados grupos em vez de buscar uma perspectiva igualitária, objetivo da luta de classes que vigorou em períodos anteriores. Ao contrário da geração inspirada no ideal socialista de equidade radical e de transformação político-econômica, essa outra corrente voltou-se para uma luta contra hierarquias que condicionavam determinados grupos historicamente vulneráveis, como negros,

² As Jornadas de Junho foram uma onda de protestos em 2013, iniciados na cidade de São Paulo pelo Movimento Passe Livre que, em um primeiro momento, contestavam o aumento no preço das passagens de ônibus na capital. As manifestações foram ganhando adesão da população. Multiplicaram-se as pautas e o movimento foi federalizado atingindo, até mesmo, o governo de Dilma Rousseff, que sofreu severas críticas. As jornadas foram marcadas por forte repressão policial e pela ação de diversos coletivos de comunicação contra-hegemônicos que buscavam denunciar o ponto de vista dos manifestantes violentados, como a Mídia Ninja.

mulheres e gays, a experiências de desrespeito social e privação de direitos. A luta por reconhecimento engajou-se na afirmação das múltiplas particularidades que poderiam desafiar o universalismo imposto por grupos culturalmente hegemônicos.

Axel Honneth (2009), atual diretor do Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, é um dos principais autores a trabalhar com o conceito. Em sua tese de livre-docência, Honneth se dedicou a explicar a emergência e constituição da gramática moral dos conflitos sociais. Mostra que a sociedade e suas estruturas burocráticas e imperativas se contrapõem aos interesses dos indivíduos, que terão nos conflitos da ação social a mediação necessária para se erguerem contra esses arcabouços. O conflito, segundo o autor, estrutura a intersubjetividade vinculante das lutas sociais. Essas subversões, que recusam nomeações e violações de direitos, permitem a constituição de uma identidade coletiva que passa necessariamente pelo reconhecimento dos sujeitos vitimados por essas opressões. O interesse do autor é principalmente pelos conflitos originados de experiências de desrespeito social que atacam coletividades. A compreensão pode se dar na solidariedade a um membro de um agrupamento ou mesmo na defesa de uma agremiação. Nas lutas por reconhecimento, busca-se, então, afirmar sentimentos e valores positivos de um coletivo.

A identidade, portanto, se constitui no conflito interposto ao desrespeito, à denegação e à privação de direitos. A ação social mediadora torna-se necessária em função dos fenômenos negativos que devem ser superados na afirmação positiva do reconhecimento. Para Honneth (2009), inclusive, reivindicações por redistribuição econômica visavam garantir condições de consolidação de uma identidade. O autor apresenta até mesmo as lutas do movimento operário como lutas por reconhecimento, afirmando suas tradições e formas de vida. Destaca a obra *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Thompson, por exemplo, como um trabalho que envolve os valores da classe trabalhadora como uma luta afirmativa de reconhecimento. Com isso, a questão das lutas operárias e sua cultura, estimadas desde a origem e retomadas como valor no trabalho do historiador, faz com que a dimensão de classe também possa ser incorporada ao rol das lutas por reconhecimento.

Nancy Fraser (2007), no entanto, contesta em parte a perspectiva do filósofo alemão, apontando a importância de um enfrentamento específico de duas dimensões das lutas por emancipação: o reconhecimento e a redistribuição, considerando interseções entre os embates contra a injustiça cultural e distributiva. A autora discute o contraste entre a afirmação das diferenças, presente nas demandas identitárias, e a abolição delas, defendida no campo da redistribuição, para propor “remédios” afirmativos e transformativos nos dois âmbitos, por meio dos quais se seguem as lógicas contrapostas entre a diferença e a seu apagamento. Na esfera da redistribuição, não trabalhada por Honneth, a autora reforça a importância de remédios afirmativos para corrigir os efeitos da desigualdade vinculados à perspectiva do Estado de Bem-Estar Social, e indica remédios transformativos associados ao socialismo para remodelar as estruturas causadoras da desigualdade, embora não trate da supressão da propriedade privada dos meios de produção, apontada por Marx como causa da diferença fundamental entre classes. De qualquer forma, a autora retoma uma dimensão – redistributiva – das lutas emancipatórias negligenciada na análise honnethiana.

Porém, coletivos identificados com um pensamento à esquerda têm, de maneira incisiva, insistido quase que exclusivamente na centralidade das lutas por reconhecimento da diferença, em termos identitários. Para Safatle (2017), embora incontestavelmente justa e necessária, a questão da identidade foi transformada na única pauta política concreta da esquerda. O autor entende que, ao superestimar dimensões morais e culturais nas lutas de classes, a teoria do reconhecimento, que dá lastro à ação política, se constitui no vácuo deixado pelo esvaziamento do proletariado. A integração parcial do operariado nas políticas de bem-estar social e o abandono gradativo da crença na universalidade desses sujeitos históricos tornaram a cena do embate social mais complexa, marcada por uma multiplicidade de temas e reivindicações que pouco se articulavam entre si. Em sua argumentação, atribui a emergência desses fenômenos a questões como a desmotivação dos jovens com o trabalho taylorista, o enfraquecimento

de valores como estabilidade e segurança em confrontação com ideias de flexibilidade, maleabilidade e desterritorialização, além do reforço do multiculturalismo em uma nova onda crítica de enfraquecimento dos regimes socialistas.

A batalha pela legitimação de uma identidade individual, para Safatle (2015a), opera como uma espécie de compensação mediante a impossibilidade de uma luta revolucionária contra a desigualdade e a inexistência de um projeto transformador – principalmente no âmbito econômico e da produção – da esquerda. Por esse raciocínio, a saída, então, estaria na luta pela afirmação identitária das diferenças, deixando intacta a ordem capitalista existente. Dessa forma, o autor critica o caráter limitado do conceito defendido por Honneth, contrapondo-se a um de seus fundamentos, no qual o filósofo alemão destaca a integração do proletariado à classe média na incorporação dos ganhos provenientes do Estado de Bem-Estar Social. Como essas condições não estão garantidas nem mesmo no contexto europeu e, em outros lugares, sequer estiveram presentes, Safatle aponta os limites geográficos de uma abordagem teórica em que se pretende afirmar a universalidade. Entre outros problemas presentes na teoria do reconhecimento honnethiana, ele destaca, além do aspecto compensatório diante da impossibilidade de uma luta radical contra o capitalismo, a psicologização das demandas sociais, dando aos agentes do poder a possibilidade de oferecer respostas meramente terapêuticas a reivindicações e, por fim, levar à perda da função ontológica do proletariado na luta de classes.

Neoliberalismo, ideologia e limites da identidade

As lutas sociais foram, em suma, subordinadas e condicionadas a embates pela ressignificação da cultura, um desprendimento que facilitou, conforme Nancy Fraser (2007), a insurgência do neoliberalismo, cujo objetivo era reprimir, a qualquer custo, a memória do igualitarismo social. Afinal, a perspectiva neoliberal pode conviver muito bem com demandas circunscritas à esfera da cultura. Luiz Felipe Miguel (2018) observa que os mecanismos de reprodução da dominação neoliberal são capazes de acomodar elementos que representam, supostamente, sua completa negação.

Primeiramente, devemos destacar que o neoliberalismo pode não ser compreendido apenas como uma política econômica. “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 7). Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016), trata-se de uma racionalidade que fabrica determinados tipos de relações sociais, formas de vida e subjetividades, aparentemente inescapáveis. Eles entendem que “a prática disciplinar do neoliberalismo se impôs como um dado de fato, uma realidade diante da qual não se pode fazer nada, a não ser adaptar-se”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 234).

O neoliberalismo pode ser percebido como a ideologia, por excelência, de nosso tempo. Esse conceito, utilizado frequentemente em tradições marxistas, aparece, às vezes, de forma controversa. Nesse trabalho, reivindica-se uma das interpretações do pensamento de Marx. O conceito não será tomado como reflexo da ordem material, mas como expressão de interesses dominantes que se organizam como ideias em mútua determinação com as práticas de um tempo. Michael Löwy (1985) discorre sobre diferentes usos do conceito de ideologia, mostrando que, em Marx, ele designa apenas as concepções vinculadas à classe dominante, ao contrário de outro uso muito comum, decorrente de uma conceituação proposta por Lênin. O autor russo subtrai o sentido pejorativo dado ao termo por Marx para utilizá-lo como qualquer doutrina social vinculada às posições de classe. A nossa preferência pelo uso atribuído a Marx nos permite observar melhor a afirmação dos interesses de um grupo, definidos em amplo processo de diferenciação, porém inscritos e naturalizados na cultura como se fossem universais. Marx entende que a força de uma classe está diretamente ligada a seu poder de apresentar os próprios interesses como representativos de toda sociedade.

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (MARX, 2011, p. 48).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx evidenciou que a interdependência industrial e econômica, por exemplo, estava articulada em organização mundial, daí a necessidade, inclusive, de um movimento solidário de uma resistência proletária internacional. As diferentes conexões do mundo capitalista foram explicadas por Marx como produtos do materialismo histórico no amplo contexto de uma história mundial e não local. Para ele, as ideias que dominam em determinada época assumem uma forma de universalidade. Os fundamentos filosóficos de seu tempo foram criticados por estarem presos ao idealismo de uma realidade que se pretendia universal, sem considerar outras realidades a ser reconhecidas por eles.

Se pensarmos sobre as condições dadas no presente, podemos observar que os embates contra as representações hegemônicas seguem obnubilando a compreensão do novo contexto. Nesse cenário, o campo progressista tornou-se refém não somente do modelo econômico de seus opositores, mas das estruturas ideológicas que produzem a inteligibilidade do mundo social. Assim, diante das capacidades resignificativas da ordem neoliberal restrita, essencialmente, à afirmação de uma identidade individual, a esquerda pode acabar por se render inadvertidamente à racionalidade hegemônica que se apresenta estrategicamente como neutra.

Ao considerar esses aspectos, é possível afirmar que o cerne das limitações transformativas das lutas por reconhecimento identitário encontra-se no fato de que elas orientam grande parte de sua ação política a partir de uma noção de “indivíduo” própria de uma racionalidade predatória. Conforme Safatle (2016), elas se sustentam em uma concepção de sujeito liberal atrelado à ideia de posse: seja de atributos, predicados, narrativas ou objetos. Cada nicho cultural deve lutar para que suas demandas e predicados sejam ouvidos e legitimados em meio a diversas vozes concorrentes. Percebe-se, então, uma singularização cada vez maior dos discursos, como observa Miguel (2018), incapazes de dialogar entre si e propor alternativas concretas à lógica neoliberal. Tudo que resta ao indivíduo são os atributos que lhe garantem pertencimento endógeno. “O acúmulo das especificidades identitárias torna, cada um, único e a ação política se organiza não pelos eixos de divisão social, que não são mais capazes de agregar grupos, mas pelas vontades individuais”. (MIGUEL, 2018, p. 182). Ao se promover características coletivas, afirmando suas qualidades por meio da diferenciação, se estabelece um terreno no qual até aqueles que defendem eliminar as diferenças podem se sentir legitimados.

Nas manifestações de 2013, por exemplo, Safatle (2016) relembra que diversos atores tomaram a cena política, justamente, para reivindicar “o que é meu”. “No fundo e mais uma vez, o que se vê são apenas indivíduos à procura da defesa de suas propriedades (...). Esta foi a maior vitória do neoliberalismo: definir até mesmo a gramática da nossa revolta” (SAFATLE, 2016, p. 20). Uma luta que se edifica a partir de uma gramática opressora estará, logo, fadada ao fracasso: ela poderá ser facilmente desarticulada pelas forças que a controlam. Foi o que testemunhamos nas últimas eleições. Um número expressivo de mulheres, muitas delas simpáticas às discussões feministas, ocuparam as ruas do Brasil no dia 29 de setembro para afirmar que, como mulheres, violentadas pelo discurso machista e sexista de Jair Bolsonaro, jamais votariam no candidato. Partiram da premissa de que sujeitos dotados de características e predicados menosprezados pelo presidencialismo certamente o rejeitariam. Nas redes sociais, houve reverberações: diferentes grupos intitulados *Mulheres contra Bolsonaro* surgiram com o intuito de reforçar e orientar essa onda de indignação. No entanto, em resposta, outras mulheres, que também se reconhecem nessa categoria social, passaram a declarar apoio ao ex-capitão, buscando deslegitimar a premissa do movimento progressista. Pretendiam afirmar que mulheres votam, sim, em Jair Messias. Com considerável adesão, grupos designados por *Mulheres com Bolsonaro* também repercutiram nas ruas, tentando colocar em

xeque as acusações de machismo que pairavam sobre o candidato. Se a categoria “mulher” também é comportada e utilizada politicamente pelo discurso reacionário, a esquerda pode perder a substância de sua luta. O conservadorismo, familiar com a gramática identitária categórica, toma para si o direito de reivindicar demandas por representatividade, esvaziadas de qualquer propósito emancipatório.

Representações nas disputas simbólicas e considerações metodológicas

O debate sobre a luta por reconhecimento traz implicações importantes para o campo da comunicação. Não obstante, a relevância do debate reside não somente na busca de uma partilha de significações em torno das disputas simbólicas que possibilitam a gramática impulsionadora desse conflito. Stuart Hall (2016) mostra que nas dinâmicas de representação cultural há uma perspectiva ativa e constitutiva de processos sociais em interação e mutação constante. Para ele, o real se edifica também com as representações midiáticas. Nesse caso, elas são definidas como processo criativo, uma vez que se referem a pessoas, dilemas e questões do mundo e atuam sobre eles. O sujeito é, ao mesmo tempo, objeto e criador das representações que envolvem suas relações na sociedade.

Como seres entreimagens e entretextos, Hall nos propõe perceber imagens e significações como objetos de disputa fundamentais para contornar e definir lutas políticas. Destaca que o sentido das coisas é dado pela forma em que são representadas, por meio das palavras que utilizamos ou mesmo das histórias que construímos para criar esses conceitos. A partir dessas representações, nossas práticas e condutas são reguladas e orientadas. Em todo esse processo estão envolvidas formas de justificar e promover alguns valores em detrimento de outros, afetando simbólica e materialmente a vida comum. O sentido de representação aqui proposto se afasta, portanto, daquele que pretende ver o mundo refletido nela tal qual um espelho, ou mesmo daquele que escolhe a primazia do falante no estabelecimento do sentido desejado. Entendemos, nesse artigo, que o sentido depende da política de vários sistemas representacionais muitas vezes conflitantes e concorrentes entre si. A luta por reconhecimento, portanto, se dá, também e com relevância, no campo da representação midiática.

Os agentes do discurso que tomamos como referência nesse trabalho irão focar suas representações na disputa pela validação de seus valores, isto é, essencialmente em sua forma política. Elegemos disputas comunicativas do Movimento Brasil Livre, de expressão nacional, para pensarmos sobre a apropriação de discursos identitários, assim como litígios colocados em circulação. O MBL, surgido em 2014, esteve à frente de diversos acontecimentos significativos no plano nacional. Liderou grande parte dos protestos favoráveis ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, concluído em 2016, e, desde então, tem demonstrado apoio a políticos vinculados à extrema-direita, de viés neoliberal. Nas redes sociais, importantes espaços de sociabilização dos indivíduos e onde focalizamos o embate discursivo entre o MBL e as forças de esquerda, o movimento coloca-se na linha de frente da ação política e simbólica, almejando influir significativamente na formação da opinião pública.

O Instagram foi escolhido para se observar o confronto dessas representações simbólicas, pois nele é possível identificar a construção de significativos referenciais identitários da vida contemporânea, conforme atesta (CARRERA, 2012). Para abarcar as formas de apropriação do discurso identitário, escolhemos trabalhar com as postagens do Movimento Brasil Livre entre os meses de novembro de 2018 e janeiro de 2019, quando o resultado eleitoral estava definido e, portanto, consagrando uma vitória, ainda que não definitiva, das forças conservadoras no debate político.

Dentre o conjunto de imagens publicadas nesse período, várias abordagens puderam ser indicadas por meio de montagens, reproduções de *tweets* e vídeos curtos, nas quais o MBL discorre, principalmente sobre: acontecimentos recentes da política brasileira; pautas econômicas, privilegiando uma perspectiva de austeridade, colocando a corrupção como problemática central; críticas à esquerda, principalmente quanto

ao socialismo, ao comunismo, ao marxismo; e questões identitárias – e aqui salientamos a reincidência de discussões sobre mulheres e negros, com contestações diretas ao movimento feminista e antirracista.

Nesse artigo, ressaltamos imagens que dialogam com a pauta identitária, presente no debate sobre reconhecimento. Tendo em vista o propósito desse trabalho, optamos por destacar duas imagens desse conjunto, elegendo aquelas que, ao nosso ver, foram as mais representativas do discurso MBL no escopo da análise que propomos.

O “negão do Bolsonaro”



Figura 2 – O negão do Bolsonaro
Fonte: <https://bit.ly/2J4uiik>. Acesso em: 17 jan. 2019

O *tweet* do cantor Marcelo D2 sobre Hélio Fernando Barbosa Lopes, do Partido Social Liberal – deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, conforme anteriormente mencionado – foi explorado no perfil do Instagram do MBL. A presença constante do então candidato e apoiador negro em imagens feitas na residência de Bolsonaro, figurado também ao fundo na transmissão do primeiro discurso do presidente após a vitória eleitoral, devem ter inspirado a postagem do *rapper*, feita no dia 31 de outubro de 2018. Crítico declarado da candidatura Bolsonaro, o cantor, depois da publicação, foi tachado de racista por chamar o deputado de “negão do Bolsonaro”.

O *tweet*, com algumas respostas e menções de apoio ao deputado carioca, é recuperado pelo MBL, que buscou inverter a acusação de racismo, imputada agora ao *rapper* e não ao presidente, em decorrência de seu posicionamento. Em vários meios, a postagem e a polêmica foram repercutidas. A fala irônica sobre Hélio Bolsonaro, subtenente do Exército, foi recebida como mais uma controvérsia envolvendo o mundo artístico e o presidente, fato importante desde que parcela significativa desse meio aderiu ao movimento Ele Não.

A repercussão nas redes sociais foi tão intensa que se produziu uma forte reação entre os apoiadores do ex-capitão contra o *rapper*. A *hashtag* #MarceloD2racista foi elevada aos *Trending Topics* (TTs) do Twitter, ou seja, os tópicos mais comentados da plataforma, tornando-se o assunto mais reverberado nas redes sociais naquele momento (FERNANDES, 2018). O *tweet* foi tomado como polêmico, mesmo

estando no contexto em que cantor propõe uma breve análise sobre o papel submisso desempenhado por Hélio Negão na reta final da campanha. Na mesma proporção em que cresciam as acusações e circulavam declarações misóginas, homofóbicas e racistas do presidente eleito, as aparições públicas do candidato negro ao seu lado se intensificaram como blindagem ao seu comportamento explicitamente discriminatório.

Mesmo reconhecendo se tratar de um “assunto delicado”, como admite em seu texto, as justificativas dadas pelo cantor não foram suficientes para acalmar os ânimos do movimento capitaneado pelo MBL em torno do presidente eleito. Ainda que se considere a ação programada de robôs para ultradimensionar as representações construídas pela direita, o vigor da proposição de inverter a lógica dos ataques foi demonstrado pelos números próximos de 55 mil *tweets* a inundar a rede com o tema.

O grande defensor ideológico que não aceita as diferenças. Fora lixo #MARCELOD2RACISTA. Esquerda só respeita gays, mulheres e negros se forem esquerdas tbm! Fora isso, são tratados como bichos! Exemplo vivo foi o comentário do #MARCELOD2RACISTA HOJE NO TT (MARCELO D2, 2018a, sem paginação).

Esse tipo de postagens persistiu na repercussão da discussão sobre racismo, circundada pelo contexto eleitoral. Por ele buscou-se inverter sentidos reivindicados por movimentos identitários de esquerda. De denunciadores de relações opressivas, passam a condição de acusados de fomentar discursos e hábitos que apontam nas práticas hegemônicas. A divulgação da *hashtag* que associa o cantor ao racismo se desdobra em diversos ataques recebidos pelo pensamento conservador de direita. Neles, a esquerda é acusada de limitar o papel dos negros, mulheres e LGBTQIA+, tornando-os reféns de uma suposta propaganda “ideológica” desse campo.

O debate ocorre na omissão de outros contextos nos quais Jair Bolsonaro critica comunidades indígenas e quilombolas, não se importando com as questões controversas que poderiam abalar a defesa do presidente eleito. Em palestra realizada na sede da Hebraica, no Rio de Janeiro, o político expõe sua animosidade e evidencia racismo e preconceito contra esses grupos. A fala do então presidente eleito, feita em abril de 2017, foi amplamente explorada no contexto da eleição por seus adversários. Na oportunidade, Bolsonaro, sob risos da plateia de quase 300 pessoas que troçaram com sua intervenção, afirmou: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas³ Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles (...)” (BOLSONARO, 2017).

Embora a alusão preconceituosa fosse evidente, o que predomina no debate racial com D2, além da ocultação do fato recente, é o questionamento de uma esquerda que estranha o fato de o presidente Bolsonaro ter um amigo negro, destacando isso como prova do preconceito, não apenas de um membro, mas de toda uma coletividade identificada com essa posição. Não se reconhece que há estratégia de blindagem que se sobrepõe entre as imagens moduladas para produzir uma representação aceitável do candidato contra as evidências de suas próprias intervenções. Até mesmo a vitimização é reclamada por setores à direita do espectro político. No próprio perfil do Twitter do *rapper*, um internauta comenta: “Se fosse uma pessoa da Direita dizendo isso, o mundo estaria caindo... #MarceloD2racista” (MARCELO D2, 2018b).

As linguagens próprias dos coletivos antiracistas são acionadas como deslegitimação de suas representações na guerra simbólica para esvaziar e desacreditar o discurso do oponente: “Os Coletivos Negros já foram defender o Hélio ou estão calados porque o racista é lacrador?” (MARCELO D2, 2018a). A disputa das representações nesse campo busca ignorar até mesmo argumentos que poderiam ser tomados como mais isentos no contexto dessa polêmica. Em reportagem sobre as eleições, antes da realização do segundo turno, a BBC (CARNEIRO, 2018) destaca a candidatura de Hélio Negão como uma indefectível estratégia da

³ Arroba é uma medida usada para pesar gado; um arroba equivale a 15 kg.

campanha eleitoral de Bolsonaro tentar desfazer a associação de sua imagem com a discriminação racial, protegendo-a das críticas advindas do seu próprio comportamento publicamente demonstrado.

A juíza da Lava Jato



Figura 3 – A juíza da Lava Jato
Fonte: <https://bit.ly/2MV172C>. Acesso em: 14 jan. 2019

Em postagem do dia 13 de dezembro, o MBL pretende denunciar contradições do movimento feminista, trazendo à cena a figura de Gabriela Hardt, juíza federal responsável pelos julgamentos em primeira instância da Operação Lava Jato.⁴ Personagem recorrente nas publicações do movimento conservador, Hardt frequentemente surge como alguém representativa de um ideal de mulher “empoderada”, que alcançou posições socialmente prestigiosas. Em outro *post*, por exemplo, a juíza aparece trajando uma camiseta com os dizeres “lute como essa mulher”, enfatizando sua singularidade e distinção em contraposição a outras mulheres, na maioria das vezes feministas, que avocam o lugar de luta.

Hardt, ícone de setores da direita, é contrastada, na imagem analisada, com a ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que também foi celebrada, à época de sua eleição, por sua identidade feminina. Em sua primeira campanha, nas eleições de 2010, explorou-se significativamente a possibilidade de o país eleger a primeira presidenta mulher. Consciente do apelo dessa representatividade, o Partido dos Trabalhadores optou, durante a campanha, por lançar mão do termo “presidenta” para reforçar a dimensão do gênero presente na candidatura, a despeito de críticas que recusavam a flexão da palavra, tida como incorreta. Setores progressistas insistiram no substantivo feminino para cultivar, politicamente, a mulheridade de Dilma Rousseff.

Se a esquerda celebrava a ascensão de uma mulher à presidência da República, a direita também poderia comemorar suas próprias conquistas na esfera da representatividade. O paralelo entre as duas mulheres é reiterado, ainda, quando o post as apresenta como a “primeira presidenta mulher” e a “primeira juíza mulher”. Trata-se, na verdade, de uma premissa equivocada. A primeira juíza mulher foi

a gaúcha Thereza Grisólia Tang.⁵ Embora falsa, a informação é utilizada estrategicamente para igualar a autoridade de Hardt à de Dilma, de maneira a constringer quaisquer críticas advindas do campo progressista direcionadas à magistrada.

O *post* retoma a pauta identitária comum à esquerda para apontar hipocrisias em seu discurso e tensionar sua legitimidade. Busca afirmar que se a luta feminista se preocupa com representatividade feminina, ela deveria reconhecê-la em diferentes instâncias, inclusive no campo adversário. O MBL, portanto, insinua sua própria capacidade de perceber essas contradições e reclama, para si e para a direita de forma geral, demandas por representatividade apontadas como falhas no campo progressista. O feminismo é encarado como uma ação política endógena preocupada somente com os direitos de seus aliados, e não com o bem comum.

Não obstante, a postagem aponta Fernanda Lima, modelo e apresentadora do programa *Amor & Sexo*, da Rede Globo, como representante do movimento feminista que rejeitam. Lima tornou-se alvo de críticas conservadoras após um discurso que foi ao ar em seu programa no dia 6 de novembro de 2018:

Chamam de louca a mulher que desafia as regras e não se conforma. Chamam de louca a mulher cheia de erotismo, de vida e de tesão. Chamam de louca a mulher que resiste e não desiste. Chamam de louca a mulher que diz sim e a mulher que diz não. Não importa o que façamos nos chamam de louca. Se levamos a fama, vamos sim deitar na cama. Vamos sabotar as engrenagens desse sistema de opressão. Vamos sabotar as engrenagens desse sistema homofóbico, racista, patriarcal, machista e misógino. Vamos jogar na fogueira as camisas de força da submissão, da tirania e da repressão. Vamos libertar todas nós e todos vocês. Nossa luta está apenas começando. Prepare-se porque essa revolução não tem volta. Bora sabotar tudo isso? (LIMA, 2018, sem paginação).

Tomada como uma afronta aos discursos machistas, sexistas e LGBTfóbicos de Jair Bolsonaro, a fala da apresentadora foi repercutida por várias pessoas ligadas à esquerda, inclusive por Manuela D'Ávila, do PCdoB, que concorria à vice-presidência da República na chapa com Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. Como seria possível deduzir, Fernanda Lima costuma abordar, em *Amor & Sexo*, pautas culturalmente progressistas, como sexualidades não normativas e erotismo. Entretanto, trata-se de uma brecha da programação televisiva, mais conservadora. Se no nicho diversional e de entretenimento, por exemplo, é permitido sobressair aspectos críticos da vida cotidiana, como posições de setores progressistas e a valorização das demandas identitárias, no âmbito jornalístico a Rede Globo costuma orientar sua política editorial de acordo com interesses mercadológicos, privilegiando pautas favoráveis à elite política e econômica do país (GOMES, 2012).

Além de o discurso de Fernanda Lima ser pouco representativo da perspectiva majoritária da emissora, a apresentadora reproduz a racionalidade neoliberal em sua fala ao desarticular o racismo e o sexismo de seu caráter político e econômico. As “engrenagens do sistema opressor”, conforme a apresentadora, sustentariam hierarquias meramente culturais. Não se encaram estruturas dominantes em uma dimensão amplamente interseccional, que comporta desigualdades de classes, que atravessam e são atravessadas pelas de gênero e raça. De certa maneira, a Rede Globo opera a mesma apropriação característica da racionalidade neoliberal manejada pelo MBL, abordando pautas progressistas em seus programas periféricos – muitas vezes exibidos em horários de menor audiência. Como nos lembra Miguel (2018), a incorporação midiática das demandas por reconhecimento da identidade, descoladas de questões redistributivas e de desigualdade, podem fortalecer o próprio fazer hegemônico da mídia tradicional, que, por meio dessas ações, destaca propósitos parcialmente inclusivos sem colocar em risco estruturas e regimes de representação. Embora essas brechas sejam, de fato, significativas, elas estão longe de ser emancipatórias.

Por fim, é interessante notar como a questão LGBTQIA+, que também pode ser trabalhada em

⁵ Natural de São Luiz Gonzaga, no interior do Rio Grande do Sul, formou-se em direito pela UFRGS em 1951, foi nomeada juíza em 1954. Morreu em 2009, aos 87 anos. Ver referências.

uma chave identitária, é mais indigesta para a ideologia neoliberal do que a questão da representatividade de mulheres. Após criticar o movimento feminista, inferindo sua incapacidade de abarcar a coletividade de sujeitos que deveria representar, o MBL sugere que o movimento se preocupa mais e erroneamente com indivíduos considerados, na racionalidade conservadora, repulsivos, negligenciando as pessoas “normais”. A menção à cantora drag Pablllo Vittar ressoa todos os corpos considerados anômalos, abjetos, que não se encaixam no sistema de inteligibilidade heteronormativo pertencente a essa lógica domesticadora. Nota-se que corpos cujas identidades desafiam perspectivas categóricas de indivíduo, ou que recusam identidades estáveis – como transgêneros, transexuais e travestis, por exemplo – seguem rechaçados pelo pensamento dominante, percebidos como monstruosidades e problemas (BUTLER, 2016). Supõe-se que sujeitos menos afeitos à fixação de predicados podem esboçar demandas por reconhecimento potencialmente inapropriáveis.

O reconhecimento antipredicativo e sujeitos indigestos: breves considerações

O discurso ideológico do MBL – considerado, nesse trabalho, representativo da racionalidade neoliberal – se aproveita das limitações das estratégias de luta da esquerda para esvaziar seus sentidos ou substituí-los. Ancorado, em grande medida, em diligências por reconhecimento de identidades individuais, o campo progressista propõe uma demanda apropriável por outros atores políticos, como foi demonstrado. A perspectiva neoliberal parece enxergar o caráter compensatório das lutas identitárias, pouco atreladas a perspectivas transformativas. Ao tomar para si o discurso da representatividade, sob o pretexto de que a esquerda falha, até mesmo, em cumprir essa agenda política, a direita se apodera de um dos principais motores de mobilização de seu adversário. Não obstante, ao criticar a esquerda exclusivamente nessa chave, o pensamento conservador reforça sua circunscrição, ao passo que o campo progressista segue refém de um aprisionamento temático.

Ao reconhecer a importância das lutas por reconhecimento, mas também questioná-las, Safatle (2015b), em uma leitura de Judith Butler (2015), propõe, como alternativa, uma genealogia crítica de suas práticas de legitimação, que achamos importante, para o intento deste trabalho, retomar. Nessa perspectiva, é preciso promover interrogações acerca das identidades que as estruturas ideológicas hodiernas produzem, naturalizam e agridem. Os autores defendem que essas identidades sejam desestruturadas em vez de somente revalorizadas.

Assim, Safatle (2015a) advoga um conceito de reconhecimento antipredicativo, capaz de radicalizar o reconhecimento da alteridade. O autor sugere que o próprio reconhecimento possa ser ancorado em uma perspectiva igualitária em novos termos, na contramão de perspectivas que privilegiam a afirmação das diferenças. Quando defende essa abordagem, ele faz referência à necessidade de se abrir mão do sujeito possessivo, cultivando, dessa forma, uma “potência indeterminada” e uma “força de indistinção”. Para o autor, novas formas de solidariedade e igualdade podem ser criadas quando sujeitos se tornam suporte de práticas desconstrutivas capazes de promover a emergência de diferenças instáveis e de modificar as estruturas dos sistemas de representação social.

O objetivo dessa proposta é “relaxar o domínio coercitivo das normas sobre a vida (...) o que não é o mesmo que transcender ou abolir todas as normas” (BUTLER, 2018, p. 40). Trata-se de uma luta e uma prática política “que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de nós” (BUTLER, 2018, p. 78). O motor da luta emancipatória deixa de ser a busca pela definição e valorização da identidade individual frente ao desrespeito, como propõe Honneth (2017), para ser a luta contra a precariedade gerada pela própria perspectiva identitária, cujas violentas hierarquias precisam ser enfrentadas e eliminadas. Somente o abandono de particularismos poderia possibilitar a emergência de forças concretas de transformação, uma vez que “sujeitos só se transformam em sujeitos políticos quando demandas

individuais se desindividualizam, podendo inclusive aparecer como condição maior para a ampliação genérica de direitos” (SAFATLE, 2015a, p. 103).

Em ávido debate intelectual, Butler e Safatle recuperam a força desidentitária presente no conceito de proletariado, proposto por Marx.

(...) o conceito de proletário não está presente no pensamento marxista apenas como a categoria sociológica dos trabalhadores que têm somente sua força de trabalho. Ele é uma categoria ontológica que diz respeito a certo modo de existência com grande força revolucionária, é um modo que depõe regimes de existência baseados na propriedade, no individualismo possessivo e na identidade, com seus sistemas defensivos projetivos (SAFATLE, 2017, p. 102).

O internacionalismo proletário decorre da sua condição de não ser portador de predicados, ou seja, daqueles que nada têm a perder, a não ser os seus grilhões, como apostam Marx e Engels (2008) no *Manifesto Comunista*. Em uma síntese possível, Safatle propõe resgatar, em outro patamar, a luta de classes como uma experiência pós-identitária, ressignificando antipredicativamente a luta por reconhecimento. Ao retomar a afirmação da universalidade do proletariado, o autor recupera as condições que tornaram essa classe fundamental no pensamento marxista. Para Marx, o proletariado, além de classe explorada, é composto por sujeitos despossuídos de identidade, portanto, historicamente universais, desprendidos de vínculos locais. Nos vários diálogos em que o estatuto da universalidade é reflexionado na perspectiva crítica à diferenciação, pretendemos, em consonância com esse pensamento, destacar que o sentido de universalidade nessa diferenciação pode fortalecer concepções dominantes e colonizadoras, como vimos nesse trabalho. Entretanto, o sentido de universalidade na desdiferenciação, a partir da concepção trazida por Marx, pode favorecer projetos emancipatórios.

A luta simbólica é constitutiva e inseparável das lutas populares e das movimentações sociais. Enfrentar o desafio de compreendê-las pressupõe, em cada época, reconhecer as circunstâncias em que elas ocorrem e os limites de entendimento que as envolvem. Ao reforçar determinadas apreciações teóricas, buscamos apoiar nossa visão no diálogo com formas críticas sobre as lutas identitárias e as demandas por reconhecimento. Percorremos caminhos em busca de mais uma, entre outras sínteses, sobre esses desafios. Diversos tipos de sabotagem serão prontamente acionados contra qualquer expressão simbólica que atuar contra os fundamentos de uma forma de dominação e propuser horizontes de emancipação. A crítica pretende uma nova antítese, capaz de assegurar definições de propósitos pouco ou nada adaptáveis aos interesses opressores. Os movimentos emancipatórios podem ultrapassar esses desafios tornando suas referências menos digeríveis, sujeitas a reformatação e ao aniquilamento de seus objetivos.

Referências

BOLSONARO é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. **Veja**, Rio de Janeiro, 06 abr. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** São Paulo: Todavia, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARNEIRO, Júlia Dias. Eleições 2018: Deputado federal mais votado no Rio, Hélio Negão desafia quem vê racismo no padrinho Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45831493>. Acesso em 07 nov. 2018.

CARRERA, Fernando. Instagram no Facebook: Uma reflexão sobre *ethos*, consumo e construção de subjetividade em sites de redes sociais. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 22, p. 148-165, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/view/6850>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CONSELHO de Ética comprova plágio praticado pela jornalista Joice Hasselmann. **Sindicado dos Jornalistas Profissionais do Paraná**, 22 jun. 2015. Disponível em: www.sindijorpr.org.br/noticias/6066/conselho-de-etica-comprova-plagio-praticado-pela-jornalista-joyce-hasselmann. Acesso em: 10 jan. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Vítor. Marcelo D2 chama deputado eleito de ‘negão do Bolsonaro’ e é acusado de racismo. **BHAZ**, 31 out. 2018. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2018/10/31/marcelo-d2-negao-bolsonaro/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialistas”. **Cadernos de campo**, v.15, n. 14/15, p. 1-328, 2006.

GOMES, Itânia. Estabilidade em Fluxo: uma análise do Jornal Nacional, da Rede Globo. **34º Intercom**, Universidade Católica de Pernambuco, 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: <http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/TC-IG-06.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/Apicuri, 2016.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARCELO D2 critica imagem de Bolsonaro com deputado negro e é chamado de racista; entenda. **Jovem Pan Online**, 31 out. 2018a. Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br/entretenimento/musica/marcelo-d2-critica-imagem-de-bolsonaro-com-deputado-negro-e-e-chamado-de-racista-entenda.html>. Acesso: em 05 jan. 2019.

MARCELO D2 é acusado de racismo após fala polêmica: ‘Negão de Bolsonaro’. **Bahia.ba**, Blog do Levi, 31 out. 2018b. Disponível em: <http://bahia.ba/entretenimento/marcelo-d2-e-acusado-de-racismo-apos-fala-polemica-negao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

LIMA, Fernanda. Discurso feminista e empoderado de Fernanda Lima no Amor & Sexo. **Clicknews BR**, 08 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bVC68o628xM>. Acesso em: 10 fev. 2019.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, Karl. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORRE primeira juíza do país, antiga aluna da UFRGS. **Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR)**, Porto Alegre, 20 out. 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/caar/morre-primeira-juiza-do-pais-antiga-aluna-da-ufrgs/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MOVIMENTO Brasil Livre. **Instagram**, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, Vladimir. Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento. **Lua Nova**, n. 94, p. 79-116, 2015a.

SAFATLE, Vladimir. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. *In*: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015b.

SAFATLE, Vladimir. **Quando as ruas queimam**: manifesto pela emergência. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

Ercio Sena é doutor em Letras pela PUC Minas. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas e dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Cinema e Audiovisual. Membro do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa (PUC Minas). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.

Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman é mestre em Comunicação Social pela PUC Minas. Professora substituta dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da mesma instituição. Membro do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa (PUC Minas). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.